

Pacote de invasões

Paola Lima

Da equipe do Correio

Mais quatro invasões do Distrito Federal estão a caminho da regularização graças à Câmara Legislativa. Dois deputados distritais estão empenhados em legalizar as ocupações irregulares denominadas Condomínios Itapuã I e II, Condomínio Del Lago e Fazenda Paranoazinho. Ao todo, 12 mil famílias vivem na região. A iniciativa partiu dos peemedebistas José Edmar e Odilon Aires, parlamentares experientes na questão fundiária. Aires foi secretário de Assuntos Fundiários do GDF. Edmar é o autor do projeto de lei que regularizou a invasão da Estrutural, no final do ano passado.

Na sessão da última quarta-feira, eles propuseram o reconhecimento legal das quatro invasões que hoje ocupam mais de 200 hectares de terra, na divisa entre Sobradinho e Paranoá. A proposta seria aprovada como emenda a um projeto de lei que regularizava o condomínio Entrelagos, em Sobradinho. Sob protestos da oposição e dos próprios colegas governistas, a emenda apresentada por Aires e Edmar foi retirada da pauta. Mas a dupla garante que a proposta será reapresentada o mais rápido possível. "A ocupação naquela área é irreversível. E as pessoas têm direito a moradia", argumenta Aires.

Os deputados favoráveis à legalização das invasões do Paranoá basearam-se no Estatuto das Cidades e na Lei Federal 9.785, de 1999, que permite ao poder legislativo normatizar a ocupação urbana do solo. "Não temos competência para regularizar os condomínios. Mas podemos dar início ao processo, autorizando o governo a fazer os estudos ambientais, delimitar a área e preparar a ordenação urbana", explica Aires. Caberia ao governo então definir o tamanho da área a ser ocupada e quais invasões poderiam ser regularizadas.

A proposta — semelhante à que foi apresentada para a Estrutural, em dezembro de 2001 — é o primeiro passo para legalizar as quatro invasões de uma só vez. E conquistar boa parte dos mais de 12 mil eleitores da região.

Os parlamentares já conseguiram mobilizar os colegas governistas. A bancada se reúne

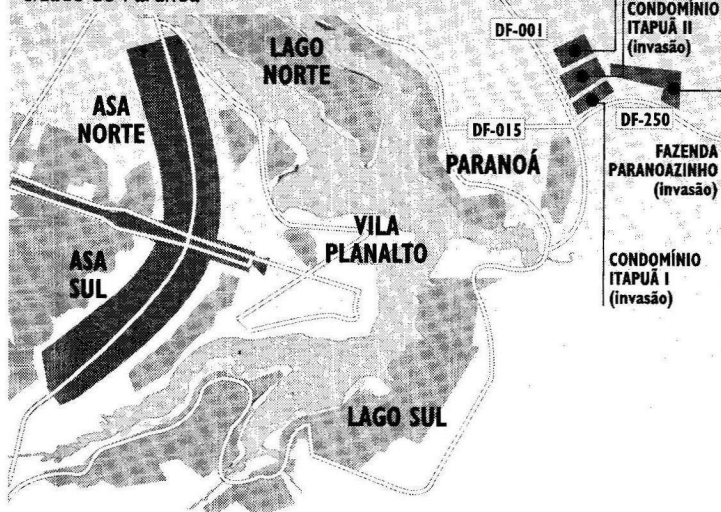
Ricardo Borba



MOTORISTA DE ÔNIBUS UTILIZA MÁSCARA PARA SE PROTEGER DA POEIRA: GOVERNO AUTORIZOU TRANSPORTE COLETIVO PARA INVASORES DO ITAPUÃ

ONDE FICAM

Os deputados distritais José Edmar e Odilon Aires apresentaram proposta que autoriza o governo a regularizar as invasões próximas à cidade do Paranoá



na próxima semana para discutir o assunto. É possível que um projeto específico para essas invasões seja elaborado. "Um problema tão importante não pode ser resolvido assim, precipitadamente. Pedimos que a emenda fosse retirada para que pudessemos fazer uma análise

cuidadosa", afirma o líder da bancada governista, deputado Benício Tavares (PTB).

De acordo com Tavares, o governo não se definiu sobre a situação do Condomínio Itapuã e vizinhança. "Tudo será avaliado. Só depois o governo terá uma posição", esclarece.

BRIGA JUDICIAL

Os planos dos deputados, porém, esbarram em uma pendência importante. Existe uma briga na Justiça pela posse das terras invadidas. Parte delas pertencem à União, outra parte à Terracap. Há ainda uma porção da gleba que seria de propriedade particular. O governo federal entrou com duas ações de reintegração de posse das áreas ocupadas pelos invasores. No Superior Tribunal de Justiça (STJ) tramita ainda um processo que decidir se é o Tribunal de Justiça do DF ou a Justiça Federal quem tem poder para definir a posse da terra.

Odilon Aires não vê problemas na briga judicial. "Caso se decida que a terra é da União, o GDF pode negociar uma permuta para ficar com aquela área, oferecendo outra em troca. E, caso seja da Terracap, basta preparar o projeto de ordenamento urbano", simplifica. Se a terra for de particulares, o governo poderá também desapropriá-la.

Para o governo federal, não é tão simples assim. "Não há nenhuma negociação em andamento hoje entre o governo local e a União para que aquela área

seja trocada por outra", afirma o gerente regional de Patrimônio da União, Roberto Soares.

Os deputados de oposição consideram a proposta de Aires e Edmar uma jogada eleitoreira. "Esse projeto só tem o valor simbólico de enganar o povo", acusa o líder do PT na Câmara, Chico Floresta. Segundo ele, o projeto não tem sustentação legal porque passa por cima de inúmeros passos para regularização da ocupação urbana, como o estudo de impacto ambiental. "Por que o deputado Odilon Aires não resolveu isso enquanto era secretário?", provoca.

O Ministério Público Federal também condena a iniciativa dos distritais. E avisa que, caso a ocupação seja regularizada e receba infra-estrutura (asfalto, luz, água, rede de esgoto), o governo pode ser responsabilizado. "Não se pode criar uma cidade a golpes de caneta, como os deputados querem fazer. Até concordo que o problema de moradia é sério, mas não se pode transformar uma área invadida em uma cidade sem respeitar os procedimentos legais para isso", avisa o procurador de Justiça, Alexandre Camanho.

RAIO X DAS OCUPAÇÕES

ITAPUÃ I

■ Foi invadido há seis anos e tem a melhor estrutura entre as invasões próximas. Algumas casas contam com ligação legal de energia elétrica. Os moradores formaram associação e têm creche para atender crianças. Algumas casas com dois andares chegam a valer R\$ 50 mil. A União reivindica a área.

ITAPUÃ II

■ Começou em 13 de julho de 2001 e tem cerca de 3,5 mil moradores. O terreno tem 250 mil m² (reivindicados pela União) e 160 mil m² (particular). Várias tentativas de desocupação foram feitas. Em 17 de setembro, o próprio governador Roriz foi ao local garantir que ninguém seria retirado, desautorizando uma decisão judicial.

FAZENDA PARANOAZINHO

■ A ocupação iniciou em 21 de setembro de 2001 e tem quatro mil invasores. São 50 mil m² às margens da DF-250, entre os condomínios Itapuã e Novo Horizonte. A área estava entregue à Polícia Federal, mas foi retomada pela União em razão da invasão. O local foi alvo dos sem-teto do Paranoá depois que o Ministério Público do DF impediu a continuidade da implantação da Expansão do Paranoá na área ao lado da Floresta dos Pinheiros, por razões ambientais.

CONDOMÍNIO DEL LAGO

■ Os invasores chegaram ao condomínio na noite de 28 de setembro de 2001. Aos poucos somaram 3.500 pessoas, sem-teto que não conseguiram garantir lotes na invasão da Fazenda Paranoazinho, uma semana antes. A área tem 150 hectares e fica ao lado do Condomínio Itapuã II. Foi onde aconteceu um confronto entre invasores e policiais militares numa tentativa de cumprimento de ordem judicial.